Ilustração de Heitor Vilela

FELIPE DEMIER · HISTÓRIA · POLÍTICA

A formação da democracia blindada no Brasil

31 de agosto de 2016 · 16 min atrás · 1,313 Visualizações

bizarro amálgama entre a ex-burocracia estalinista e o capital financeiro globalizado),[1] na periférica América Latina, foi especulado ainda em meados dos anos 1970 por intelectuais orgânicos do imperialismo.

Assim, enquanto prescreviam uma reformatação da democracia liberal para Europa e os Estados Unidos que permitisse reduzir drasticamente os gastos públicos e abrir outros espaços de investimento ao capital via privatizações/mercantilização dos serviços sociais, teóricos e cientistas sociais "neoconservadores" vinculados à *Comissão Trilateral* (MACHADO, 2008; PETRAS, 1993 e NUN, 2001),[2] como Samuel Huntington, propuseram que também na ditatorial América Latina começassem a se efetivar mutações nos sistemas políticos nacionais, visando à constituição de democracias de tipo restrito. Desse modo, as cúpulas dirigentes dos regimes ditatorial-militares deveriam, elas mesmas, iniciar e conduzir de forma gradualista transições políticas (*pelo alto*) que permitissem a construção de regimes democrático-liberais, os quais, no entanto, não poderiam proporcionar um nível de "ativação popular" (O'DONNELL , 1979) como o que estivera presente nos sistemas políticos que antecederam os golpes de Estado (e, por conseguinte, as ditaduras) no continente. Diferentemente das chamadas "democracias populistas" (WEFFORT, 2001), os regimes democrático-liberais pós-ditaduras deveriam apresentar um baixíssimo grau de mobilização popular, privando os espaços políticos decisórios de qualquer tipo de interferência de massas (BORON, 2004.). Lançando mão da teoria schumpeteriana, na qual a democracia é identificada/reduzida a um "mercado político" (SCHUMPETER,1961), os teóricos neoconservadores indicavam para a América Latina a edificação de um regime democrático de tipo "procedimental", o qual seria vertebrado por instituições e uma lógica de funcionamento que garantisse a "governabilidade" (pressuposto político vital para a implementação de uma plataforma neoliberal) (MACHADO, *Op. cit.*). Com efeito, a meta dos ideólogos neoliberais, como pode ser facilmente notada no conteúdo de suas "receitas" políticas, era a constituição de regimes democrático-liberais que se apoiassem fundamentalmente na *desmobilização* e na *apatia* dos cidadãos, apresentando eleições regulares disputadas, na prática, apenas por "elites políticas" pró-status quo (*Idem*, p. 265).

No Brasil, a cúpula dirigente da ditadura militar começou a debater a questão de uma transição controlada a uma democracia de cunho restrito ainda sob o atroz governo do general Médici (1969-1974), quando Huntington iniciou uma série de visitas ao país com o fito de discutir com os mandatários nacionais a necessidade de uma "descompressão" política no país (HOEVELER, 2012). Conforme bem destacou o historiador Renato Lemos, uma vez alcançados os objetivos centrais anelados pela heterogênea frente política que articulara o Golpe de 1964,

> "abriu-se uma fase em que os alvos estratégicos foram enquadrados de maneira diversa pelo núcleo dirigente do regime. Numa primeira subfase, que pode ser balizada pelos anos 1974-1978, setores dos grupos dirigentes entenderam – na verdade desde, pelo menos, 1973 –, que o momento em que as principais metas da contrarrevolução − retomada do crescimento econômico e "saneamento" do cenário político interno − haviam sido atingidas, seria adequado para a readequação dos meios de dominação, de maneira a alcançar-se a grande meta estratégica: a dominação de classes na forma de um regime democrático restrito" (LEMOS, no prelo).

A partir do Governo Geisel (1974-1979) e, principalmente, dos primeiros anos da gestão de seu sucessor, João Batista Figueiredo (1979-1985), a liberalização política do regime ditatorial ficou mais evidente. Em 1978-1979, com a revogação dos atos institucionais, a anistia e a extinção do bipartidarismo (abrindo a possibilidade de construção de novos partidos políticos), foi permitida maior mobilidade para que as classes e frações de classe se reorganizassem na cena política. O processo de transição política, conduzido e tutelado pela cúpula militar do regime (FERNANDES, 2001 e SAES, 2001) teve como um de seus componentes centrais – porém imprevisto e politicamente indesejado por aquela mesma cúpula dirigente (LEMOS, *Op. cit.*) – a reorganização sindical e política da classe trabalhadora, expressa, sobretudo, pela emergência do "novo sindicalismo" em fins dos anos 70 (SADER, 1988; ANTUNES, 1992 e 1995; e MATTOS, 1998) e a formação do Partido dos Trabalhadores em 1980 (KECK, 1991). Em 1983, seria constituída a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1984, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (RODRIGUES, 1990a e 1990b; BOITO Jr., 1990 e COLETTI, 2005). Como chamou a atenção Carlos Nelson Coutinho, houve, nesse período, uma reativação da "sociedade civil", o que se expressou pela proliferação de "aparelhos privados de hegemonia", tanto no campo das classes dominantes, quanto no das dominadas (COUTINHO, 1999, p. 215-219).

(LEMOS, *Op. cit.*) não pudesse se exprimir plenamente naquele que foi o principal resultado jurídico-político do processo de transição: a Carta Constitucional de 1988. Resultado de uma correlação de forças não totalmente favorável ao grande capital monopolista e associado (justamente em função do agravamento da "crise de hegemonia"), a Constituição "cidadã" de 1988 encerrou (encerra) um conteúdo híbrido, contraditório, mesclando aspectos progressistas e conservadores (DREIFUSS, 1989). Como apontou o historiador David Maciel,

> "a transição política permitiu que as demandas antiautocráticas das classes subalternas fossem parcialmente atendidas, com o fim do cesarismo militar, a abolição do modelo ditatorial da estrutura sindical, a criação da liberdade partidária, o fortalecimento da esfera de representação política, a criação de novos direitos sociais e trabalhistas e a própria consolidação dos mecanismos democrático-representativos baseados no sufrágio universal e no maior equilíbrio entre os poderes. […] Porém, todas estas mudanças tiveram suas potencialidades antiautocráticas bloqueadas ou tremendamente congestionadas em seu desenvolvimento, pois conviviam lado a lado com a tutela militar, a supremacia do Executivo, os partidos institucionais, legislação eleitoral, a estrutura sindical estatal, além da própria manutenção do padrão de acumulação dependente-associado, que mesmo em crise foi capaz de sobreviver e transitar para formas ainda mais radicais de concentração de renda e dependência externa, de acordo com a perspectiva neoliberal que se tornou dominante" (MACIEL, 2008., p. 345-346).

No mesmo sentido, argumentou Renato Lemos:

> "(…) a consumação formal da meta estratégica do processo contrarrevolucionário que teve no golpe de 1964 seu ponto de virada deu-se com a Constituição de 1988, que significou a pactuação de outro regime, sob a direção dos representantes políticos das classes dominantes. Trata-se, numa definição provisória, de uma construção híbrida, que combina traços liberal-democráticos e democrático-autoritários. Seu texto consagra avanços significativos em termos

> de ampliação da base representativa da dominação classista, como o reconhecimento do direito de voto para os analfabetos e subalternos militares, e em termos da liberdade de organização popular, com a supressão de alguns elementos da estrutura sindical corporativista herdada da ditadura do Estado Novo. Por outro lado, superdimensiona o papel das Forças Armadas, preservando muitas de suas prerrogativas. A Carta de 1988 representa, ainda, a concretização de uma reforma proposta pelos críticos da democracia liberal desde, como já foi mencionado, o início do século XX: o reforço dos poderes do Executivo. Cumpriu este papel, em especial, a instituição da Medida Provisória, pela qual o presidente da República, sob alegação de urgência e relevância, pode baixar uma medida que só depois será apreciada pelo Congresso. Durante a ditadura, bem como no Estado Novo, essa função foi cumprida pelos decretos-leis" (LEMOS, *Op. cit.*).

Finalmente, depois de um *longo bonapartismo* (DEMIER, 2013), estava em construção no país um regime político *hegemônico*, de tipo democrático-liberal. Embora projetado segundo o modelo das *democracias blindadas*, ele contava, em função dos fatores vistos acima, com inconvenientes expedientes reformistas, os quais deveriam ser removidos o mais rápido possível para que a formatação política brasileira entrasse em sintonia com os novos padrões da acumulação capitalista à escala mundial. Tendo minguado as lutas sindicais e populares que permearam intensamente os anos 1980, e passada a aventura Collor – histriônica figura cuja queda, possivelmente, tenha sido motivada, entre outros fatores, pela sua tentativa de obter para si e sua camarilha de arrivistas políticos uma "autonomia relativa" em face das frações de classe que então se encontravam nos derradeiros momentos da disputa pela "hegemonia" política nacional –,[3] o processo de institucionalização de um regime democrático-burguês se desenvolveria com intensidade e segurança ao longo da década de 1990.

Indubitavelmente, um momento decisivo desse processo – e que exprimiu a conquista da "hegemonia", na sociedade civil, pelo grande capital financeiro transnacionalizado – foi a eleição, em 1994, de Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) para a Presidência da República, cargo para o qual seria reeleito em 1998 (vencendo Luís Inácio Lula da Silva nesses dois pleitos). Obtendo popularidade pelo controle da inflação a partir da implantação do "Plano Real", os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) impuseram inúmeras derrotas ao movimento sindical[4] e avançaram celeremente em um

> privatização das estatais e a redução drástica do intervencionismo econômico do Estado, a reforma da legislação partidária, o controle da política monetária e cambial pelo Banco Central, a criação das agências reguladoras, etc. caracterizam esta ofensiva" (MACIEL, *Op. cit.*, p. 346).

As *contrarreformas* realizadas pelos governos de Cardoso "adequaram parcialmente a estrutura do Estado brasileiro à perspectiva neoliberal que se tornara dominante" (LEMOS, *Op. cit.*). Durante esse duro período para o conjunto dos setores subalternos, acelerou-se um processo que se mostraria fundamental para a efetivação de uma *democracia blindada* no país: o "transformismo" das principais representações, nos planos sindical e político, das direções do movimento popular, a saber, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Abandonando suas propostas reformistas da ordem social e abdicando de um combate tenaz às políticas neoliberais, estes dois importantes bastiões da classe trabalhadora foram aderindo progressivamente a uma lógica de "concertação social" (MATTOS, 2009; COELHO, 2012; GARCYA, 2011; DEMIER 2003 e 2008).

Contudo, não seria errôneo anotar que, até a chegada de Lula da Silva ao governo federal (alcançada com a vitória eleitoral de 2002), o PT, conquanto já convertido em um partido fundamentalmente eleitoral e cogestor da ordem capitalista vigente, vocalizava, *mesmo que de uma forma cada vez mais moderada e rebaixada*, alguns anseios populares por melhorias nos sistemas públicos de Saúde, Educação e Transporte, assim como por um aumento do emprego e do salário, funcionado nas instâncias parlamentares como um elemento dificultador e, em alguns casos, impeditivos, da aprovação das *contrarreformas* governamentais propugnadas pela direita neoliberal no poder (em nível municipal, estadual e, o que é mais importante, federal). Depois de se apossar do leme estatal federal com a conquista da Presidência da República, as bancadas petistas abandonaram o que ainda restava de sua tímida resistência ao neoliberalismo *contrarreformista*, e tornaram-se, elas próprias, defensoras das *contrarreformas*. Completado o *transformismo petista*, findava-se um processo em que as demandas populares de corte reformista foram sendo

gradativamente privadas de seus representantes na esfera estatal, tornando-se praticamente órfãs de representatividade nas instituições do regime.

Tal fato ajuda a explicar a continuidade – ainda que sob outros ritmos, intensidade e forma – das *contrarreformas* durante os dois governos de Lula da Silva (2003-2010) e o (ainda corrente) de Dilma Rousseff (ARCARY, 2011). Mostrando-se como mantenedores dos eixos centrais da política econômica levada a cabo por F. H. Cardoso (superávit primário, pagamento das dívidas interna e externa, juros altos, apoio ao agronegócio etc.) os governos do PT parecem ter contribuído para a *blindagem* do regime democrático-liberal brasileiro, cada vez imunizado em face das pressões populares. Tendendo a se reproduzir por uma alternância governamental entre dois blocos essencialmente conservadores (liderados pelo PT e pelo PSDB), e marginalizando na cena política as opções eleitorais mais ligadas às demandas populares de cunho reformista, o atual regime apresenta cada vez mais um conteúdo socialmente regressivo, procurando tratar a "questão social" por intermédio de uma combinação entre políticas sociais compensatórias e um aumento da repressão estatal aos setores recalcitrantes dos movimentos populares.

Referências bibliográficas

ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas. Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundemann, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do Trabalho. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980.* 2ª edição. Campinas; EdUNICAMP, 1992.

____. *O novo sindicalismo no Brasil* (2ª edição). Campinas: Pontes, 1995.

BOITO Jr., Armando. "Reforma e persistência na estrutura sindical brasileira" *in* ____. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BORON, Atilio. "La transicion hacia La democracia em América Latina: problemas e perspectivas" *in* ____. *Estado, capitalismo y democracia em América Latina*. Buenos Aires:

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

DEMIER, Felipe. "Das lutas operárias às reformas reacionárias: uma proposta de periodização da trajetória do Partido dos Trabalhadores" *in História e luta de classes*, n.º 5, 2008.

____. (coord.). *As transformações da esquerda e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

____. *O longo bonapartismo brasileiro: um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita* na nova república. Petrópolis: vozes, 1989.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

____. *Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

GARCIA, Cyro. PT: de oposição à sustentação da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

HOEVELER, R. C. "A distensão gradualista: elaboração civil e militar no projeto estratégico de Golbery e Geisel (1972-1973)" *in XV Simpósio Regional de História* (realizada em São Gonçalo,

na FFP-UERJ, 2012).

KECK, Margareth E. *PT: a lógica da diferença. O partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.* São Paulo: Ática, 1991.

LEMOS, Renato. "Contrarrevolução e ditadura. Ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964" *in Marx e marxismos*, nº 2. Niterói: Niep-Marx, 2014.

MACHADO, Eliel. "Limites da 'democracia procedimental' na América Latina" *in Mediações* (Revista de Ciências Sociais), volume 13, nº 1-2. Londrina, 2008.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1980-1990)*. Tese de doutorado. Goiânia: PPGH/UFG, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2009.

NUN, José. *Democracia*: ¿Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos? Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

O'DONNELL, Guillermo et al. O Estado autoritário e movimentos populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PETRAS, James. *Clase, Estado y poder en el Tercer Mundo*: casos de conflictos de clases en América Latina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins. "As tendências políticas na formação das centrais sindicais" *in* BOITO Jr. Armando (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 (a).

CUT: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 (b).

47.

SHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1961.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.

Notas

[1] Este amálgama gerou, em alguns casos, uma espécie de "capitalismo mafioso", onde nem mesmo o projeto das *democracias blindadas* pôde vingar, cedendo espaço à construção de regimes bonapartistas com inúmeras restrições às forças políticas de oposição e com um altíssimo e escancarado grau de corrupção. Os atuais casos russo e húngaro são exemplares acerca disso.

[2] Fundada em 1973 com o apoio de David Rockfeller e Zbigniew Brzezinsky, a *Comissão Trilateral* congregava em torno de 200 representantes dos maiores conglomerados econômicos do mundo.

[3] À época do governo Collor, um artigo escrito por José Luís Fiori abriu uma polêmica entre alguns intelectuais sobre o possível caráter bonapartista do governo (FIORI, José Luís. "Nem todos os gatos já ficaram pardos". Disponível em: <www.revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/298/514>. Acesso em: 13 dez. 2011.

[4] E talvez a mais importante delas tenha sido a da greve dos petroleiros em 1995, quando o governo, fazendo uso de vários artifícios previstos na Constituição, logrou destroçar o sindicato da